

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

CARLOS RIBEIRO (1813-1882)

GEÓLOGO E ARQUEÓLOGO

Homenagem da Câmara Municipal de Oeiras  
e da Academia das Ciências de Lisboa  
nos 200 anos do seu nascimento



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2013

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Pentaedro, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Estudos de Arqueologia regional  
e de  
História da Arqueologia

## MANUEL HELENO (1894-1970) E A ARQUEOLOGIA NO *ESTADO NOVO*<sup>1</sup> (um primeiro ensaio)

Ana Cristina Martins<sup>2</sup>

*“as pedras humedecidas falam, por vezes, melhor do que a própria escrita.  
Sem a Proto-História e a Pré-História não há História”*

Manuel Heleno

### 1 - CONTEXTOS

Desde o segundo quartel de oitocentos que investigadores portugueses procuravam contraditar o princípio de parte significativa da comunidade arqueológica europeia quanto à supremacia dos povos germânicos (*Kulturvolker*) e à migração (mais do que à difusão) de novos *modus vivendi* e *faciendi* lançados desde o próximo Oriente. Além disso, a presença em eventos relevantes para a evolução e afirmação do pensamento arqueológico e antropológico europeu permitiram a intelectuais portugueses fortalecer o significado da Arqueologia para a elevação nacional (DIAZ-ANDREU & CHAMPION, 1996; TRIGGER, 1992). Foram disso exemplo a Exposição Universal de Paris (1867), onde se visionara a evolução humana através do desenvolvimento tecnológico, assim como a 3.<sup>a</sup> sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (CIAAP) (Bolonha, 1871), na qual se debateu a origem dos materiais recolhidos em palafitas de Marzabotto. Era, pois, natural que o acolhimento da 9.<sup>a</sup> sessão do CIAPP (Lisboa, 1880) suscitasse a necessidade de demonstrar a hipotética originalidade das ocupações humanas mais antigas do actual território português, apresentando-se, por exemplo, o que se entendia por uma forma própria de metalurgia do bronze.

Abria-se, assim, via à fundamentação da obra de Salomon Reinach (1858-1932) – *Le mirage oriental* (1983) –, a primeira grande censura ao *ex oriente lux* prevalecente no pensamento ocidental, na esteira de uma longa tradição bíblica, matizando-se o papel fenício na expansão cultural occidua e tentando inverter o processo, ao ponderar-se, por exemplo, a emergência da escrita na Ibéria. Neste sentido, ecoariam as palavras de Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), ocidentalista irredutível, em relação ao celticismo, contrariando-o com a exaltação de particularidades que divisava na cultura material da região compreendida entre a Galiza e a Serra de Estrela, onde nascera *Viriato*, um dos mais aguerridos opositores à conquista romana (MARTINS, 2008 b;

<sup>1</sup> O texto ora apresentado resulta de três artigos dados por nós à estampa entre 2008 e 2009. Publicados nos números 15 e 17 da revista portuguesa *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, e no *Abstract book International Congress Ideas of / for Europe*, os seus conteúdos foram revistos, actualizados e adaptados à presente finalidade. O mesmo sucedeu com um quarto artigo, publicado no volume 47 da *Archaeologia Polona*.

<sup>2</sup> ICT e ULHT. E-mail: ana.martins@iict.pt; ana.c.martins@zonmail.pt

PRADO FERNÁNDEZ, 1997). Esta abordagem vincou o discurso arqueológico interno, ganhando forma em diferentes momentos e aspectos, conquanto destituído do tom assumido em Espanha, onde se intentou enquadrá-lo em narrativas nacionalistas (MARTÍNEZ-NAVARRETE, 1997-1998). Entretanto, desde o Liberalismo que a origem de Portugal redobrava atenções literárias e estéticas, mormente quando o republicano Teófilo Braga (1843-1924) se assumiu, explicando a disposição separatista divisada em território peninsular pela sua componente semítica, identificando os moçárabes como “raça hispânica ou ibérica”, entendida organicamente como a essência da nação portuguesa, embora não lhe subjacesse uma justificação colonialista em território norte africano, como sucederia em solo espanhol. Um pensamento recuperado, parcialmente, em escritos novecentistas, como nos de Manuel Domingos Heleno Júnior (1894-1970), historiador, arqueólogo, museólogo e professor universitário (CARDOSO, 2013), em contraponto à atitude de historiadores quanto à existência de Portugal apenas no século XII, assente num pressuposto meramente político. Ao invés, M. Heleno sustentava a existência antropológica da nação portuguesa prévia à fundação do Estado, à semelhança do mentor, fundador e director do Museu Etnográfico Português (1893), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), assim como de António A. da Rocha Peixoto (1866-1909) e Ricardo Severo (1869-1940).

## 2 – M. HELENO, A ARQUEOLOGIA E A ORIGEM DE PORTUGAL

Exceptuando actividades desenvolvidas por escassas associações locais e de carácter mais abrangente – caso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) (MARTINS, 2003; MARTINS, 2005) –, os estudos pré-históricos circunscreviam-se, em Portugal, ao Ministério da Educação Nacional e à vontade de quem, como M. Heleno, os introduzia nas esferas universitária. Academizando a actividade arqueológica, concorria para o engrandecimento do (então, já) Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos (MELV), enquanto preenchia o órgão oficial deste espaço nacional, *O Arqueólogo Português* (1895), com páginas enaltecedoras do passado mais remoto do actual território nacional, e orientava o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (1933), nele sedeadado, evidenciando pressupostos etnogénicos e a perpetuação do interesse em cotejar comunidades regionais «[...] como parte de um grupo social pelos seus usos, costumes, linguagem, literatura, historia e tambem pelos restos d’industria primitiva que ali se contenham, enfim pelo que possa *esclarecer*, sob estes pontos de vista, *o problema da filiação e parentesco com os varios povos que no decurso dos tempos teem habitado aquella parte do paiz.*» (SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 1900, p. 15. Nosso itálico).

Entretanto, M. Heleno reagia, em pleno conflito bélico à escala mundial, ao entendimento de uma África iniciada nos Pirinéus, numa demonstração de como a arqueologia principiava a ser instrumentalizada politicamente. Mas, apesar de procurar elevar o conceito de *Homo europaeus mediterraneus* (ou *africano branco*), num melindre pressentido em palavras proferidas amiúde, defendia-se, com certa naturalidade, a origem comum de iberos e berbéres por serem estes portadores de uma cultura (pretendidamente ou ainda assim) mais elaborada do que a observada em comunidades norte-africanas (sobretudo contemporâneas), em grande parte mercê de uma herança pré-clássica enraizada no mais profundo tempo bíblico. Expressava-se, deste modo, um sentimento nacionalista, conquanto matizado e desprovido do radicalismo de outros recantos europeus. Procurar-se-ia, no entanto, enraizar a génese de aspectos quotidianos em recessos orientais onde a tradição bíblica firmava o florescimento humano (re)visionado por prisma transformista de contorno moderno e monogenista. Ainda assim, persistia uma premência em contrapor tal posição. Para tal, havia que apresentar materiais recolhidos em diferentes prospecções e escavações, comparando-os a retirados das principais estações arqueológicas coetâneas, debatendo-se as origens da arte parietal pré e proto-histórica.

Perante a multiplicação de textos sobre os primórdios culturais (e antropofísicos) portugueses, não se deixaria de os replicar com os conhecimentos acumulados por entre trabalhos de campo e pesquisas bibliográficas, esco-radas, é certo, pelo seu posicionamento ideológico. Não surpreende, pois, que se especulasse com abundância sobre o tema, dando-se à estampa, com frequência, artigos na revista *Terra Portuguesa* (1916), em cujas páginas se expunham pontos de vista sobre a etnogenia nacional de modo aparentemente antagónico ao sentido vigente. Refutava-se *Le mirage oriental*, entendendo-se a Península Ibérica em resultado da fusão de elementos do Medi-terrâneo oriental e do norte de África berbere com um substrato preexistente. Contrariavam-se, desta maneira, enunciados racistas de finais de oitocentos acerca da supremacia do *Homo Europaeus* sobre o *Homo Mediterra-neus*. Ao invés, abeiravam-se do antagonismo sociológico francês quanto ao decadentismo apocalítico profetizado por críticos ferozes do darwinismo, valorizando a miscigenação como necessária ao desenvolvimento civilizacion-al (por anteposição às “culturas impolutas”), embora com o ascendente (mesmo que comedido) de um “tipo” de “alma dos povos”. Ecoavam, pois, compromissos assumidos por quem, parcialmente na esteira do “génio ibérico”, diferenciavam o “báltico” e o “mediterrâneo”, numa revisitação ruskiniana do *homem ético versus homem estético*.

Havia que determinar também (ou sobretudo) uma continuidade cultural, amenizando o papel usualmente concedido aos elementos externos – em especial por difusionistas –, reforçando, em simultâneo, as particulari-dades endógenas. Teriam, contudo, dificuldade em se libertar na totalidade desse arquétipo expansionista, a relembrar uma pretendida ligação atlântica ancestral entre a Península Ibérica e as costas bretã, britânica e irlandesa, correspondendo, deste modo, às clamações setecentistas de uma identidade comum revista na sua pré-romanidade. Era o que defendia M. Heleno ao afirmar o ascendente de artefactos, como o crescente calcário recolhido nas Grutas de Alapraia, sobre as lúnulas irlandesas, numa espécie de anamnese da posição de Rui Correia de Serpa Pinto (1907-1933) e Manuel Afonso do Paço (1895-1968), para quem «Temos assim um grande roteiro do paléolítico ao longo da costa Atlântica e dos rios Minho e Lima, uma população densa vivendo segun-do os costumes da época.» (PAÇO, 1931, p. 3). Mas, para comprovar tais (prováveis) aceções, havia que reite-rar com *rigor e método com que se procede nestas escavações* (JALHAY, 1923, p. 215. *Vide* também JALHAY, 1927). Ainda que embrionariamente, aplicava-se ao estudo da antiguidade mais remota o funcionalismo extraído da análise sociológica, na certeza de se conhecer melhor o comportamento humano relacionando-o com sistemas sociais, compostos de realidades interdependentes. Sublimavam-se, assim, enunciados políticos coetâneos, ava-liando, com previsibilidade o pretérito e a actividade humana (= função) de acordo com a comunidade, razão pela qual se examinavam as instituições. Embora de modo empírico, era uma mirada há muito manifestada entre arqueólogos para compreender modificações assinaladas no registo arqueológico e respectivo ecossistema primevo.

A Arqueologia no Portugal dos primeiros decénios novecentistas procurava, pois, um estatuto científico através de metodologia rigorosa, já não bastando analisar tipologicamente os artefactos para alcançar um conhecimento aproximado do quotidiano das comunidades que representavam. À medida que se afastava do evolucionismo linear, aproximava-se de um historicismo essencial à análise metódica da estratigrafia para cotejar mutações culturais e cronológicas. Entretanto, ainda pairava sobre meios académicos peninsulares a preeminência do *Kulturvolker* sobre o (hipotético) *Naturvolker* kossiniano, sendo certo que a presumível unidade antropológica pré-histórica peninsular e norte-africana estribaria numa tradição oitocentista quando Francisco María Tubino y Rada (1833-1888) a defendeu na *Revista de Antropología*, no artigo *Los aborígenes ibéricos o los berberes en la Península* (1876) (AYARZAGÜENA SANZ, 2004 a; AYARZAGÜENA SANZ, 2004 b; BELÉN DEAMOS, 2002). Posi-ção resultante da conjuntura política vivida pela restauração borbónica, ancorando a imagem externa de Espanha numa extensão imperialista sobre o território marroquino enquadrada pela regeneração política do país após perda da quase totalidade das possessões ultramarinas (1898). Facto que abalara profundamente o seu orgulho

nacional(ista), no mesmo ano em que Portugal celebrava Vasco da Gama. Também por isso a Madrid franquista lançou expedições arqueológicas ao Norte de África, à procura de conexões com culturas ibéricas (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 103), organizadas pelos dois arqueólogos de maior expressão do regime nas suas fases falangista europeia e *opus dei*ana, Julio Martínez Santa-Olalla (1905-1972) (CASTELO RUANO, CARDITO ROLLÁN, PANIZO ARIAS & RODRÍGUEZ CASANOVA, 1997) e Martín Almagro Basch (1911-1984) (ALMAGRO BASCH, 1946; DUPLÁ, 2003; LUZ, 2002; LUZ, 2003; WULFF ALONSO, 2003; WULFF ALONSO, 2004; VILLARÍAS ROBLES, 1997). Quanto a Portugal, os interesses político-económicos divergiam dos espanhóis e a burguesia não carecia de estudos antropológicos pré-históricos para lidar com o acesso aos círculos franceses, contornando, assim, a agenda imposta por Lisboa. Curioso, não obstante, que M. Heleno fixasse a etnogenia portuguesa no *Cro-Magnon*, enquanto *raça* europeia conectada à produção artística franco-cantábrica apartada de outra comunhão, designadamente do tipo *Combe-Capelle*, “proto-etíópico” (donde negróide).

Entretanto, inspirados em escritos childenianos, houve quem perfilhasse entre nós a teoria da expansão oriental por via marítima ou terrestre para explicar a origem do Neolítico e do Megalitismo peninsulares, cujas particularidades dimanariam da sua especificidade geológica (MARTINS, 2009 b). Olvidavam, no entanto, uma questão fundamental do próprio pensamento childeniano (ainda que rebuscado no kossiniano) impresso em *The Dawn of European Civilisation* (1925) e influenciado pelas repercussões das escavações do *tell* de Vinca, Sérvia (1908-1911). Referimo-nos à visão pan-europeia da antiguidade pré-romana fundamentada no conceito de “cultura” em substituição do tradicional sistema tecnológico mortilletiano de períodos. Derivava, no entanto, de um olhar parcialmente difusionista perante as relações estreitas que manteria com o Próximo Oriente. Mas, provinha também de uma visão evolucionista face à adaptação de elementos levantinos a características e potencialidades de contextos europeus. Estabelecia-se, desta forma, uma terceira abordagem dessas mesmas realidades arqueológicas, num compromisso entre “ocidentalistas” e “orientalistas”.

Embora não divisemos referências directas ao australiano Vere Gordon Childe (1892-1957) em textos portugueses, pelo menos até à sua deslocação a Portugal (Dezembro de 1940), o seu entendimento subjacera nalguns casos. Inferimo-lo quando a (pretendida) originalidade megalítica peninsular suportou o ocidentalismo de Pere i Bosch Gimpera (1891-1974) (BOSCH GIMPERA, 1928; CORTADELLA MORRAL, 2003), retomado com entusiasmo por M. Heleno, então inscrito em paradigmas childenianos. Sobretudo na oposição ao pressuposto de Manuel Gómez-Moreno Martínez (1870-1970) quanto à sua raiz tartéssica de contorno imperial, numa imagem reforçada por Adolf Schulten (1870-1960). Não obstante, M. Heleno discordava de P. Bosch Gimpera na procedência nortenha desta particularidade defendida, ademais, por A. A. Mendes Corrêa (1888-1960), para quem a «[...] *região noroeste peninsular* em que intensamente floresceu a cultura pré-histórica dos castros e das citânias, numa região que, ainda que em mais remota data, *constituíu, o foco de irradiação duma cultura megalítica* [...]» (CORRÊA, 1944, p. 32. Nossos itálicos. Vide também CARDOSO, 1999; CORRÊA, 1918, CORRÊA, 1919, CORRÊA, 1924 a, CORRÊA, 1924 b, CORRÊA, 1927, CORRÊA, 1933, CORRÊA, 1938, CORRÊA, 1944, CORRÊA, 1959; MARTINS, 2008 a; MARTINS, 2012). Pelo contrário, M. Heleno destacava a pluralidade de focos megalíticos no actual território português, a exemplo do Alentejo, de onde, no seu entender, a cultura dolménica aportara às costas bretãs e britânicas.

Alguns testemunhos arqueológicos eram, assim, utilizados, estruturando o histórico do país enquanto potência colonial, no momento em que a Espanha falangista associava o império espanhol a um (presumido) império tartéssico de enfoque indigenista (DÍAZ-ANDREU, 1997) e a pressão internacional ameaçava as bases do império português revitalizado nas comemorações do centenário da morte do Infante D. Henrique (1960).

Lançar mão de vestígios ancestrais alimentava o desígnio central de M. Heleno de asseverar as especificidades culturais portuguesas e com elas anular pretensões independentistas e hegemónicas, à semelhança do que pra-

ticavam destacados pensadores europeus. Havia, porém, que ir mais além nesta análise, para lá dos critérios geológicos e tipológicos oitocentistas, assim como do redutivo “tipologismo” etnológico, evolucionista linear ou difusionista/migracionista (oriental), ao qual se contrapunha o funcionalismo, o único (aparentemente) passível de esclarecer o sistema interno de cada comunidade. Coligava, por isso, o primeiro à Arqueologia – aqui entendida como método estratigráfico –, e o segundo ao exercício etnológico, ou seja, à abordagem cultural. Urgia, para tal, prospectar sistematicamente o território, mormente em busca de remanescências paleolíticas superiores, nas quais *mergulham as raízes do povo português*, amovendo-se «[...] o domínio da ideia capsense e a crença no negróide *afer-taganus*, quer dizer, a génese africana do povo português e das suas primeiras culturas.» (HELENO, 1956 b, p. 226). Arredado dos grandes palcos civilizacionais, o Norte de África exemplificaria, na contemporaneidade, o *naturvolker* do qual se pretendia provir o Epipaleolítico português. Ideia repudiada com veemência por M. Heleno:

*“Nada de africano; ao contrário todas as indústrias da Europa ocidental da época [princípios do Pleistoceno] têm larga representação no nosso país e por elas pudemos concluir que foram as raças europeias – a de Cro-Magnon, Combe-Capelle e Chancelade – que, eliminando o homem de Neandertal, constituíram o primeiro e mais importante extracto da nossa etnogenia”* (HELENO, 1956 b, p. 234. Nossos itálicos)

Mesmo que M. Heleno ancorasse as origens portuguesas no Paleolítico superior, no *Homo sapiens sapiens* e respectivas manifestações artísticas, tal não replicava a todas as questões colocadas pelo próprio: «Donde vieram estes novos povos? Como se escalonaram? Qual a sua importância para o estudo das nossas origens?» (HELENO, 1946, p. 234). No conjunto, tais interrogações revelavam uma ideia concreta sobre a sua proveniência exógena, mesmo que “europeia”. Era o que se inferia dos sítios solutrenses escavados entretanto entre nós, cujo espólio desdizia a tese do pré-historiador catalão Francisco Jordá Cerdá (1914-2004) acerca da existência de dois solutrenses, de *facies* cantábrico e ibérico. Ao invés, M. Heleno sustentava a originalidade do solutrense português resultante da junção de elementos franceses e ibéricos, longe portanto do “espectro” africano. M. Heleno sublinhava, assim, a necessidade de colocar os estudos (neste caso) arqueológicos ao serviço da agenda sustentadora das suas actividades. Como sucedia nas principais potências europeias, procurava coadunar, ainda que de modo não assumido por completo, as ciências humanas a propósitos políticos mais abrangentes, introduzindo-as nos *curriculae* universitários para sua institucionalização definitiva.

Reproduzindo os idos oitocentistas, quando o megalitismo centralizara a atenção de quem procurava, nos mais antigos estratos geológicos e unidades estratigráficas, a etnogénese de populações europeias, os (ainda) limitados círculos arqueológicos portugueses retomavam com vigor estudos aferidores da particularidade, no actual território nacional, da sua expressão arquitectónica que era, ao mesmo tempo, cultural e cronológica. O interesse por esta temática cimentou e engrandeceu, sendo eleita pela produção arqueológica interna que a tornou numa das suas mais enérgicas linhas de pesquisa, na esteira do observado além-fronteiras, em boa parte na sequência de projectos subvencionados por centros de investigação alemães, muitos dos quais empenhados, desde as últimas décadas do século XIX, em distinguir etnias de acordo com especificidades culturais e (em certos casos) antropofísicas.

O sucesso desta temática foi, contudo, mais notório a partir do momento em que portugueses e espanhóis estreitaram relações, trocando conhecimentos e experiências, principiando a colaborar em escavações arqueológicas e a participar com maior assiduidade, protagonismo e (sobretudo) autoridade em encontros específicos, agora que as vias e os meios de comunicação diminuía distâncias e os acontecimentos políticos dos dois lados da fronteira permitiam comutar saberes (MARTINS, 2008 a; MARTINS, 2009 a; MARTINS, 2009 b). É certo que, tanto quantitativa, quanto qualitativamente, as diferenças entre as duas comunidades eram ainda assaz significa-

tivas. Relembremos, apenas, o desenvolvimento assinalável da arqueologia em solo espanhol, mediante o seu reconhecimento académico graças ao esforço de quem dispunha de fortes capitais sociais, económicos, políticos e científicos. Mas também mercê do investimento de organismos públicos e privados estrangeiros, a exemplo de franceses e alemães, sem esquecer o papel desempenhado pelos movimentos autonómicos em todo este processo, ao reconhecerem o exercício arqueológico como uma via célere, relevante e credível de concretizar aspirações políticas. Ademais, é possível que, a par de uma maior divulgação do que era realizado nesta área entre nós, fosse a aceitação universitária e governamental da arqueologia ocorrida em Portugal através da sua incorporação em *curriculae* do ensino superior e da abertura de espaços museológicos que lhe eram total ou parcialmente consagrados, a descerrar, em definitivo, as portas da colaboração ibérica, mesmo que de modo escasso e esparso. Pelo menos de início.

Não assombra, pois, que a circunstancial permuta de ideias do alvor novecentista ganhasse consistência e se traduzisse em algo maior, registando-se a participação activa de investigadores portugueses em reuniões de cariz arqueológico, a exemplo das sessões do *Congresso das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Ciências*. Designadamente do realizado na cidade de Barcelona em 1929. Na realidade, este encontro deveria marcar o desenvolvimento da arqueologia portuguesa, fomentando os estudos proto-históricos peninsulares, enraizando-os no país ao publicá-los junto de diferentes corredores políticos e meios sociais. Porém, não nos iludemos. Contrariamente ao que se suporia, a afirmação das actividades conduzidas em Portugal neste âmbito adviria, em primeiro lugar, de autoridades espanholas. Provavelmente pela sua convicção quanto à ancestralidade da cultura portuguesa, associando-lhe manifestações (entre demais) megalíticas, cuja origem geográfica continuava a entusiasmar intelectuais europeus, havendo quem vislumbrasse entre nós uma escrita por entre signos gravados em seus suportes pétreos e artefactos móveis. Divisava-se, além disso, uma intenção clara de conferir às comunidades que as conceberam e fruíram uma determinada intenção ideográfica, donde de pertença etnográfica, respondendo, assim, à suposição de um Portugal em comunhão interna desde tempos tão remotos. Ajustava-se, pois, mesmo que inconscientemente, à política do *Estado Novo* no seu assumido isolacionismo fundeado numa coesão identitária de (pretendida) linhagem pré-histórica e comunhão de interesses entre a metrópole e os territórios ultramarinos. Procurava-se apreender, também daquela forma, os processos culturais, transpondo a descrição formal dos artefactos para descortinar todo um sistema (= estrutura) impulsor das suas dinâmicas justificadoras das causas, dos modos e dos momentos em que interagiram (= processo). Recorria-se, para tal, a estudos etnológicos contemporâneos, numa antevisão do “método histórico directo”, da interligação, enfim, de “tipos” de cultura material (= combinação de atributos realçados pelos respectivos criadores) a “tipos” de comportamento étnico.

Assistia-se, por conseguinte, ao paulatino crescimento da relevância política do exercício arqueológico, num momento de vivência interna de particular interesse, quando o jovem regime republicano exigia a laicização da sociedade sustentada na matriz judaico-cristã. Entretanto, poucos estudiosos orientaram as suas investigações por um azimute ideológico tão nítido, contestando, quase a raiar a intransigência, a teoria *orientalista*, sem rejeitar, contudo, uma fortuita interferência levantina. A urgência, quase intrínseca, de celebrar uma estirpe entre realidades contemporâneas e remotas, confirmadas num determinado território, fixava o rumo da época para o (re)encontro de um passado vertido numa cultura material circunscrita no espaço e no tempo, donde reconhecível em encadeamentos difusionistas (ou migracionistas) ou de simples influência decorrente de trocas comerciais, sobretudo de “bens de prestígio”. Esta posição comemoraria de igual modo a preponderância de um “ciclo cultural” (enquanto fenómeno “mental”) estruturante de aspirações indubitáveis. Secundava-se, deste modo, o pensamento kossiniano relativamente à simbiose entre etnia e cultura material, considerando-se a *cultura* (arqueológica) como reflexo de um *povo* (etnia) propagado por via migratória ou difusionista, gravando, para a posteridade, o seu *ser* condicionado pelo passado.

Independentemente da lógica ou validade das propostas assim avançadas, assistia-se, nas palavras de M. Heleno, à gradual maturação arqueológica, erradicando-a «[...] da sua fase narrativa e de interpretação unilinear para abrir o seu período de *compreensão cultural e etnológica* e do *estudo das interferências dos seus círculos culturais* [...]» (HELENO, 1961, p. 309. Nossos itálicos). Consideraria, por conseguinte, não a unilinearidade do desenvolvimento humano, mas o processo permanente de interinfluências exercidas por diferentes ciclos culturais entrevistos por entre os materiais recolhidos no terreno. Deste ponto de vista, a Arqueologia trasmutava-se, por fim, de disciplina essencialmente tipológica, para ciência histórico-cultural, um pouco na trilha do ambiente universitário berlinense vincado pela escola de G. Kossina (1858-1931) e seus adversários, Carl Schuchhardt (1859-1943) e Erich Friedrich Schmith (1897-1964). Sobretudo, no respeitante à equivalência entre cultura material e etnogénese. Pese embora aspectos da teoria chldeniana, vivia-se ainda o debate darwinista, recorrendo ao evolucionismo para sustentar a hipotética (e, por muitos, desejada) supremacia ariana no processo de selecção natural. Hegemonia vertida numa (suposta) continuidade cultural de raiz pré-histórica de harmonia com os respectivos ecossistemas, configurando a mais apta das “almas dos povos” (ou perfis psicológicos) protagonizada pelo “tipo báltico” (o verdadeiro *Homo Europaeus*), entendido como mais estruturado e estável, por oposição ao “tipo setentrional” (*Homo Alpinus*) e, sobretudo, “meridional” (*Homo Mediterraneus*).

A verdade é que, no tocante à reduzida comunidade arqueológica portuguesa, pretender-se-ia então e antes de mais explicar o *metodo historico-cultural*, aplicando-o aos estudos pré-históricos. Defendia-se, para tal, a monogenia e o difusionismo enquanto dominadores de *ciclos de cultura* compostos dos primeiros grupos humanos. De notar, contudo, que a persistência na visão monogénica revelava contornos mais latos e profundos, correspondendo a interesses expressos por quem admitia a *Criação*. Alguns daqueles *ciclos* sobreviveriam em *primitivos actuais*, numa apropriação clara da escola chldeniana de origem kossiniana. Embora omitisse o dinamismo inerente à História destas mesmas populações, a verdade é que este posicionamento se revelou essencial à asserção e desenvolvimento de matérias tão caras ao escrutínio humano e a agendas políticas, quanto a Etnografia e a Etnologia, não raras vezes utilizadas, de par com a Antropologia física e a própria Arqueologia, na justificação de projectos expansionistas. Pulsionou-se, deste modo, a sua análise aturada, até porque imprescindível ao entendimento de aspectos díspares da primitividade. Não surpreende, pois, que uma personalidade como M. Heleno, ademais responsável pelo único museu de dimensão nacional com colecções predominantemente arqueológicas, elege-se, de entre as inúmeras actividades académicas que cultivava, os meandros arqueológicos. Até porque a arqueologia permitia coligir artefactos identificativos da etnogénese nacional que M. Heleno cuidava ímpar. Os estudos mais recentes não poderiam, por isso, restringir-se ao método tipológico, rasgando, pelo contrário, novos e amplos horizontes, com realce para abordagens interdisciplinares mercê, justamente, do exercício arqueológico. Não concluamos, todavia, que o exame dos elementos culturais constituía um fim em si. Ao invés, perfazia uma etapa de algo mais abrangente e arrojado: a busca da origem humana mediante a definição do(s) seu(s) percurso(s), hierarquizando-os e validando, nalguns casos, eventuais proclames contemporâneos.

Havia, no entanto, que esperar pela maturidade plena dos estudos arqueológicos, pelo escrutínio persistente dos territórios e análise holística dos artefactos recolhidos para, depois de convenientemente ordenados do ponto de vista cronológico, distinguir as comunidades (= culturas) suas fazedoras, ordenando-as no espaço e no tempo, com todas as consequências daí advindas em termos de política contemporânea. Tais asserções deveriam, porém, ser legitimadas por rigorosa escavação estratigráfica e recurso a comparações etnográficas, embora com naturais cautelas e parcimónia. Eram, em todo o caso, observações assaz pertinentes e reveladoras do ascendente de outras áreas do conhecimento no arqueológico, etnográfico e (até) histórico. Mas, esta con-

vicção não desmerecia ou anulava um eventual desenvolvimento não mono-linear, validando-se percursos individuais.

Ao responder, com base em materiais exumados e registados no terreno, a perguntas basilares para o conhecimento do passado, quanto *quando, porquê e como* (à semelhança das colocadas pelo etnógrafo), replicava-se ao devaneio que transportara o Mundo por a um morticínio sem precedentes. Buscar a multiplicidade na (aparente) unidade transformara-se numa premissa a sublinhar com diligência, sob pena de se romper o mesmo precipício, de efeitos imponderáveis. Procurava-se evitar, também deste modo, o ocorrido por mão berlinense, ao precipitar a sua (ficcional) primazia sobre demais territórios, custeando investigações arqueológicas que corroborassem – ou arquitectassem –, a coesão continental sob o escudo criador dos seus antepassados, obreiros de um *Kulturvolker*, mobilizador do *Ahnenerbe* himmleriano.

### 3 - (IR)REALIZAÇÕES

A inexistência de necessidades geopolíticas presentes noutros territórios europeus ditou, de algum modo, a ausência de um discurso arqueológico consistente destinado a substanciar pressupostos pátrios, reforçados pelo estudo, restauro e divulgação do repositório medieval ilustrador do processo formativo das fronteiras actuais, exemplo, por excelência, da unidade nacional veiculada pela agenda salazarista e reforçada pelo integralismo católico que a apartava das restantes ideologias totalitaristas contemporâneas. O que não impediu que os protagonistas do exercício arqueológico português das primeiras décadas do século XX demandassem, à semelhança do que ocorria na restante Europa e quase em sintonia com o praticado nos círculos académicos espanhóis, especificidades materiais corroboradoras da ancestralidade de realidades pretendidas comuns e únicas ao actual território nacional e suas gentes, configurando, com elas, um país, uma “raça” e uma estirpe. Neste sentido, não divergiriam, em substância, das linhas mestras dos estudos arqueológicos, antropológicos e etnológicos conduzidos nas principais capitais europeias, enquadrados por momentos políticos particularmente favoráveis ao seu incremento.

Na realidade, deveríamos assinalar o modo como se tentou entrelaçar o devir das comunidades pré e proto-históricas identificadas em solo português a fenómenos registados noutros recessos, insistindo na sua origem levantina, no decurso de uma longa tradição clássica e bíblica, sem desmerecer, contudo, a(s) valência(s) endógena(s), numa confirmação da criatividade e legitimidade existencial do ser, estar e fazer português, materializadas na abordagem “ocidentalista”, por oposição à “orientalista”. Privilegiaram-se, todavia, outras ligações culturais, mormente com a região galega e asturiana, zonas de grande significado histórico para o território nacional, enquanto se tentava estabelecer conexões materiais com o Norte de África, definindo-se, assim, as duas vias de difusão ou migração apuradas pelos teóricos fundamentais de finais de oitocentos, inícios de novecentos, enquanto se fortalecia gradualmente a comunhão atlântica.

Objectariam, assim, as teses ultra-difusionistas do *ex oriente lux*, sublinhando a contribuição europeia na evolução civilizacional, e defendendo a endogenia de alguns fenómenos, distanciando-os do modelo mediterrânico, nomeadamente micénico e fenício. Confirmava-se, deste modo, a proximidade atlântica reclamada por investigadores nacionais da primeira metade da nova centúria, numa pretensão repetida amiúde.

Quanto ao tema central, propriamente dito, desta nossa exposição torna-se clara a existência de interesses e de protagonismo pessoal de M. Heleno transpostos para as esferas que dominava e procurava sujeitar com diversos expedientes, perpetuando, assim, seus propósitos. De referir, contudo, que as estratégias de outros investigadores terão sido mais eficazes. As razões seriam múltiplas. Distinguímos, não obstante, dois

factores essenciais: a natureza das suas personalidades e dos apoios obtidos em corredores políticos nacionais. Com efeito, M. Heleno pouco saiu do limiar da Faculdade de Letas da Universidade de Lisboa, do MELV e das centenas de estações arqueológicas que escavou sem, todavia, publicar a maioria dos resultados obtidos nelas. Outros (escassos, porém), souberam romper fronteiras, estreitar conhecimentos, circular nos principais meandros do poder interno e influenciar a política científica colonial e o articulado legislativo de salvaguarda arqueológica. Mais do que isso, deixaram lastro através dos seus discípulos, reavivando, aqui e além, os seus nomes que não mais foram olvidados. Enquanto isso, M. Heleno, por dificuldades intrínsecas a si mesmo, foi, até há pouco, contornado reiteradamente na historiografia portuguesa, quando não subestimado por uma pleiade de episódios pouco abonatória da arqueologia portuguesa e das relações interpessoais de quem consagrou a vida ao seu exercício. M. Heleno volatizou-se por entre críticas acidulas à sua conduta reprovada com veemência por pares, conterrâneos e contemporâneos. O conhecimento das suas actividades começa, porém, a ser desbravado e revelado, havendo, no entanto, que apreender, em pleno, o seu primeiro móbil e as divergências observadas com individualidades coevas, que se afirmaram em diferentes latitudes, fazendo-se respeitar, mesmo quando o trabalho produzido não primava sempre pela excelência científica. M. Heleno teve, contudo, sensibilidade e perícia para eleger quem melhor o auxiliasse em planos ideados, apoiando cumpridores de metas traçadas, quantas vezes coadjuvadas por quem o rodeava.

Aparte dissonâncias pessoais, unia M. Heleno a arqueólogos nacionais contemporâneos, um propósito rapidamente metamorfoseado em pilar das suas vivências: a procura constante de materiais sustentadores da ancestralidade portuguesa enraizada na pré-história. Este era o objectivo primeiro para o qual convergia o seu quotidiano, percorrendo o território; prospectando e escavando muito, sem muito publicar. Mas, enquanto outros dirigiram grupos de investigadores, internacionalizando-se, M. Heleno permaneceu quase apenas em si próprio, perdido nos seus pensamentos e projectos centrados maioritariamente no sul de Portugal, teorizando a primazia cronológica dos seus monumentos megalíticos e a ancestralidade do ser português.

## REFERÊNCIAS

- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004 a) – El nacimiento de la Arqueología científica en España. In *Pioneros de la Arqueología en España. Del Siglo XVI a 1912*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004 b) – Francisco María Tubino y Oliva. In *Pioneros de la Arqueología en España*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional.
- BELÉN DEAMOS, M. (2002) – Francisco María Tubino y la arqueología prehistórica en España. In BELÉN DEAMOS, M.; BELTRÁN FORTES, J., eds. lts. – *Arqueología fin del siglo. La Arqueología española de la segunda mitad del siglo XIX*. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 51-52.
- BOSCH GIMPERA, P. (1928) – *Los antiguos iberos y su origen*. Madrid: [s.e.].
- CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. 2: 8, p. 138-156.
- CARDOSO, J. L. (ed.) (2013) – *Manuel Heleno, pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (Suplemento 8 a “O Arqueólogo Português”).

- CASTELO RUANO, R., CARDITO ROLLÁN, L. PANIZO ARIAS, I. & RODRÍGUEZ CASANOVA, I. (1997) – Julio Martínez Santa-Olalla. Vinculación y contribución a los organismos e instituciones arqueológicas españolas de posguerra. In MORA G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lts. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Malaga, p. 573-580.
- CORRÊA, A. A. M. (1916) – Os berberes e os povos peninsulares. *A Águia* 2: 10.
- CORRÊA, A. A. M. (1918) – Estudos da Etnogenia Portuguêsa. Os habitantes primitivos do território. *Terra Portuguesa* 24, p. 237.
- CORRÊA, A. A. M. (1919) – *Raça e Nacionalidade*. Porto: [s.e.].
- CORRÊA, A. A. M. (1924 a) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Figueirinhas.
- CORRÊA, A. A. M. (1924 b) – Uma invasão pre-histórica na Península Ibérica (os Capsienses). *A Águia* 4: 24.
- CORRÊA, A. A. M. (1927) – O petroglifo do guerreiro lusitano no Monte do Castelo de Penafiel. *Brotéria* 4, p. 14-29.
- CORRÊA, A. A. M. (1933) – *Introdução à Antropobiologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CORRÊA, A. A. M. (1938) – Arqueologia e Biologia. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos* 4.
- CORRÊA, A. A. M. (1944) – *Gérmes e Cultura*. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.
- CORRÊA, A. A. M. (1964) – *Arqueologia e História Sacra*. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 77: 4-6. p. 169-194.
- CORREIA, V. (1922) – Arte rupestre em Portugal. A Pala Pinta. Aditamento. *Terra Portuguesa* 33-34, p. 145-147.
- CORTADELLA MORRAL, J. (2003) – Historia de un libro que se sostenía por sí mismo: La *Etnología* de la Península Ibérica de Pere Bosch-Gimpera. In CORTADELLA, J., ed. lit. – *Pere Bosch-Gimpera. La Etnología de la Península Ibérica*. Pamplona: Uergoiti, p. xi-cxxxix.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1997) – Nación e internacionalización. La Arqueología en España en las tres primeras décadas del siglo XX. In MORA G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lts.- *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga, P. 403-416.
- DÍAZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T. (eds) (1996) – *Nationalism and archaeology in Europe*. Boulder and San Francisco: Westview Press.
- DUPLÁ, A. (2003) – Falange e Historia Antigua. In WULFF ALONSO, F.; MARTÍ-AGUILAR, M. A., eds. lts. – *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Malaga, p. 79-80.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1900) – *Expedição Científica à Serra Nogueira (Traz-os-Montes)*. *Programma de trabalhos. I. Geologia, Mineralogia, Meteorologia, Ethnographia, Anthropologia e Hydrologia*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- FERNÁNDEZ, O. P. (1997) – El Seminario de Estudos Galegos: génesis, aportación y desaparición In MORA G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lts. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Malaga, p. 457-462.
- HELENO, M. (1956 a) – O Professor Henri Breuil. *O Arqueólogo Português*. p. 239-247.

- HELENO, M. (1956 b) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*, p. 3-21.
- JALHAY, E. (1923) – Algumas palavras sobre Arqueologia. IV. – Notas finais sobre o Paleolítico. O Epipaleolítico. *Brotéria*. 2, p. 1.
- JALHAY, E. (1927) – O que nos diz a ciência sobre a origem do Homem. XI. Será o tipo de Neanderthal representante duma verdadeira raça humana? *Brotéria* 5, p. 5-15.
- LUZ, L. B. da (2004) – A etnologia e a questão das identidades nacionais. In CALAFATE, P., ed. lit. – *História do Pensamento Filosófico Português*. (ed), 4 (1), p. 389-432. Lisboa: Editorial Caminho.
- LUZ, L. B. da (2003) – Tartessos: precedentes, auge y pervivencias de un paradigma auctotonista In WULFF ALONSO, F.; MARTÍ-AGUILAR, M. A., eds. lits. – *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputacion de Malaga, p. 189-215.
- LUZ, L. B. da (2005) – *Tarteso. La construcción de un mito en la historiografía española*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputacion de Malaga.
- MARTÍNEZ-NAVARRETE, I. (1997-1998) – The development of Spanish archaeology in the 20th century. *Archaeologia Polona* 35-36, p. 319-342.
- MARTINS, A. C. (2003) – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, A. C. (2005) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formação. 1863-1963*. Texto policopiado. Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lisboa.
- MARTINS, A. C. (2008 a) – A Oeste nada de novo? *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 15, p. 233-291.
- MARTINS, A. C. (2008 b) – Nineteenth-Century Protohistory at the Portuguese Association of Archaeologists: Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) and national identity. In SCHLANGER, N.; NORDBLADH, J., eds. lits. – *Archives, Ancestors, Practices. Archaeology in the Light of its History*. (eds). Oxford: Berghahn Books, p. 287-303.
- MARTINS, A. C. (2009 b) – O Megalitismo no discurso arqueológico português. Entre o Liberalismo e o Estado Novo: uma primeira e sumária mirada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17.
- MARTINS, A. C. (ed.) (2012) – *Mendes Correia (1888-1960) entre a ciência, a docência e a política*. Lisboa: ACD.
- PAÇO, M. A. do (1931) – *Note sur les industries paléolithiques et mésolithiques de la province de Minho (Portugal)*. XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique (Paris, 1931). Paris: Librairie E. Nourry, p. 421-425.
- PRADO FERNÁNDEZ, O. (1997) – El Seminario de Estudios Galegos: génesis, aportación y desaparición. In MORA G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputacion de Malaga, p. 457-458.
- TRIGGER, B. G. (1992) – *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica.
- VILLARÍAS ROBLES, J. J. R. (1997) – El positivismo de las mil caras: pruebas científicas y presupuestos teóricos en el estudio del Reino de Tartessos. In MORA G.; DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – *La Cristalización del Pasado*:

*Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Malaga, p. 613-619.

WULFF ALONSO, F. (2003) – *Las esencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona.

WULFF ALONSO, F. (2004) – Franquismo y Historia Antigua: algunas notas europeas con P. Paris y A. Schulten. In CANDAU MORÓN, M.<sup>a</sup>; JAVIER PONCE, F.; CRUZ ANDREOTTI, G., eds. lts. – *Historia y Mito. El pasado legendario como fuente de autoridad*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Malaga. p. 447-496.